SEGUNDO CONGRESSO ARGENTINO DE PSIQUIATRIA

Com a participação de mais de 400 psiquiatras procedentes de todo o país, celebrou-se em Mar del Plata, do 2 ao 6 de novembro, o Segundo Congresso Argentino de Psiquiatria. Concorreram também ao encontro, especialmente convidados, os professôres estrangeiros : A. C. Pacheco e Silva, E. Mira y Lopez, José Wortis, José R. Zubizarreta, Agustín Tellez e Fortunato Ramírez. A presença de quase 200 estudantes de psicologia deu uma nota simpática a êste congresso, que mostrou, ademais, a crescente importância da psicologia e psicologia social no desenvolvimento da nossa psiquiatria. Apresentou-se ao congresso 13 relatos oficiais e 95 comunicações (108 trabalhos no total, distribuídos assim : 29 do primeiro tema, "Trabalho e Saúde Mental"; 44 do segundo "Psicofarmacologia Clínica"; e 35 do terceiro, "Neurose e Psicose Infanto-Juvenis". A organização do congresso correu a cargo dos doutores: Enrique J. Pichon-Rivière (presidente), Sylvia Bermann (secretária-geral), Guillermo Vidal (secretário-científico), Diego Capurro Robles (secretário de coordenação), Fernando Taragano (tesoureiro) e Jaime Szpilka.

Eis aqui as conclusões referentes ao primeiro tema oficial referente a "O Trabalho e a Saúde Mental".

1º Recomendar a necessidade de clarificar e ordenar metodologias objetivas na investigação das relações trabalho-saúde mental.

2.º Recomendar aos empresários industriais e sindicatos que a medicina do trabalho se oriente em direção ao campo preventivo, modificando o critério excluinte do contrôle do ausentismo, que impede encontrar soluções reais aos problemas da saúde mental dos trabalhadores. Dentro dêsse campo preventivo a relação entre trabalho e saúde mental-estudo da fadiga nervosa, acidentes, ausentismo, etc. deve ser investigada por uma equipe dirigida pelo médico psiquiatra e integrada por psicólogos e assistentes sociais, estimulando, ademais, a criação de grupos operativos para ditas investigações. Destacar a importância dos auxiliares psiquiátricos na tarefa de prevenção da saúde mental do trabalhador e sua família.

3º Recomendar também que desde já nos cursos de nível universitário de médicos de fábrica se dêem instruções a respeito dos problemas de higiene mental vinculados ao trabalho.

4º Recomendar especialmente a investigação e esclarecimento dos problemas de saúde mental no trabalho docente.

5º Recomendar a conveniência de criar uma seção de Inquéritos no Instituto Nacional de Saúde Mental.

6º Favorecer a intervenção dos centros de estudo psiquiátrico e de assistência social nos planos de urbanização, adjudicação de vivendas, e

instalação de indústrias; isto é, ocupar-se dos fatôres principais do meio ambiente moderno repercurtem na saúde mental do homem.

7º Favorecer a criação de um Instituto de Psico-Sociologia do Trabalho com fundos sindicais e patronais, que deve assegurar a sua autonomia baseando-se na livre investigação das condições gerais do trabalho.

8º Favorecer a criação de um Comitê Permanente de estudo dos problemas da saúde mental do meio rural, cuja composição deve ser essencialmente regional; o referido Comitê integrar-se-á no futuro dentro do futuro Instituto.

9º Recomendar o estudo dos sistemas de seguridade social e a sua repercussão sôbre a vida individual e coletiva.

10º Favorecer a análise da participação específica do interessado no sistema de segurança adotado, para prever o que se poderia denominar a patologia dos sistemas de segurança mal aplicados.

11º Facilitar a unificação dos organismos existentes no país mediante a criação de um Conselho Federal de Segurança Social.

12º Favorecer a elaboração de um código de segurança social.

Conclusões referentes ao terceiro tema: Neurose e Psicose Infanto-Juvenis.

Considerando a alta freqüência dos transtornos de conduta de diversas gravidades nas crianças e jovens;

Que as atuais condições sociais e econômicas incidam no aumento daquelas, manifestando-se em tôdas as camadas sociais;

Que a organização assistencial em nosso país está longe de surpreender as necessidades atuais, RECOMENDA :

1º Favorecer a criação de um maior número de centros de assistência de saúde mental oficiais e/ou privados em todo o país que atuem centralizados por um instituto de ação coordenadora.

2º Recomendar que a assistência psiquiátrica infanto-juvenil seja realizada por grupos de trabalho que atuem coordenadamente e integrados por psiquiatras, pediatras, neurólogos, psicólogos, sociólogos, psicólogos sociais, assistentes psiquiátricos e sociais em geral.

3º Introduzir o ensino da psiquiatria infantil nos estudos médicos e favorecer a formação de especializados psiquiatras de jovens e crianças. Ampliar ainda os conhecimentos pediátricos sôbre problemas sociólogicos e psiquiátricos.

4º Recomendar : a) que os organismos estatais, educacionais e sociais, dentro de seus planos educativos, incluam noções de caráter geral sôbre conflitos familiares e problemática sexual, por sua importância preventiva; b) que as medidas de profilaxia se exerçam sôbre o menino mesmo no meio familiar e social, mediante a criação de grupos educacionais ou escolas para pais em todos os lugares em que fôr possível : consultórios, hospitais, escolas primárias ou secundárias, clubes, etc. e nas maternidades, para resolver as dificuldades que surgem na pronta relação materno-infantil antes, durante e depois do parto; c) que se dê ao ensino da psicologia evolutiva nas escolas normais, um caráter dinâmico e de aproximação ao conhecimento da realidade do meio em que vive a criança.

5º Estimular as investigações sôbre delinqüência juvenil e a adoção de medidas adequadas de profilaxia e tratamento em todos seus aspectos.

6º Facilitar a organização de serviços psicológicos-psiquiátricos nos estabelecimentos correcionais e penais para menores.

7º Propor que no próximo congresso a realizar-se, se inclua como um de seus temas : Delinqüência infanto-juvenil em nosso país.

8º Recomendar que os relatórios em dito congresso sejam conseqüência da experiência pessoal.

9º Recomendar que se concretize a focalização dos temas a fim de evitar a dispersão nos relatórios.

10º Dado que nas mesas redondas a doença foi encarada desde três pontos de vista :

a) O indivíduo doente; quer dizer, a relação médico-paciente.

b) O doente em sociedade; constitui o ponto de vista sociológico do problema.

c) O meio em que se desenvolve o paciente, quer dizer, a conjuntura político-econômica do problema, sugere-se convidar às mesas redondas dos futuros congressos, os profissionais especializados nestas disciplinas, incluindo os juízes e autoridades das instituições oficiais e privadas de assistência ao menor e aos diretores de institutos penais.

11º Aconselhar que se oriente a investigação aos problemas da infância, e dadas as discussões a respeito da profilaxia das doenças mentais se considere a inclusão de dois temas no próximo congresso :

1 — A criança adotada. Sua psicologia.

2 — As dislexias e predislexias, importante aspecto parcial dentro do complexo estudo dos problemas da aprendizagem.